

Encontro da Região Centro Oeste de Educação de Jovens e Adultos – preparatório à VI
CONFINTEA
23,24 e 25 de abril de 2008 – Cuiabá-MT

DOCUMENTO BASE NACIONAL
Com alterações aprovadas em plenária final

~~Texto base para o encontro da região centro oeste~~

~~Sugestões de mudança proposto nos Encontros Estaduais dos Estados da Região Centro Oeste e do Distrito Federal~~

~~ao texto Base Nacional, para melhor compreensão e identificação a partir das seguintes cores: Fórum de Mato Grosso~~

~~– Vermelho; Fórum de Mato Grosso do Sul – Verde; Fórum de Goiás – Laranja e Fórum do Distrito Federal – Lilas~~

A. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

~~Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos~~

~~Plenária em Goiás sugere Criar uma introdução com os § 1, 2, 3, acrescentando um §~~

1. Diante do quadro diagnóstico que se apresenta da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, muitos desafios devem ser enfrentados, o que exige tratar ~~de aspectos conceituais que~~ **de concepções, que norteiam este documento, e** sustentam modos de formular e compreender este diagnóstico e que, mais do que isto, apresentar **orientar** políticas públicas **eficientes e eficazes** de Estado **que atendam o público de Educação de Jovens e Adultos.**

2. Primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos.

3. Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. Desde o final da primeira metade do século XX, os sistemas nacionais de educação vêm decidindo seus rumos e filosofia a partir da prioridade política assumida por todos os Estados-nação que assinaram a referida Declaração. Entre nós, brasileiros, só em 1988 o direito à educação para todos voltou à Constituição Federal, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de atendimento como “oportunidade” e “chance” outorgadas à população. Como direito, a EJA é inquestionável e por isso tem de estar disponível para todos, como preceituado pela Constituição Federal.

acrescentar este § X . EJA enquanto direito, pressupõe em sua práxis que o trabalho realizado garanta acesso, elaboração e reconstrução de saberes que contribuam para a emancipação do ser humano.

Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos

inverter a ordem os itens 4 e 5

4.(5) EJA é espaço de ~~tensão e aprendizado~~ **tensionamento e de aprendizagem** em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores ou desempregados — de diferentes classes sociais; origem urbana ~~e~~ rural **e fronteiriça**; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei **adolescentes e jovens atendidos pela vara da infância e juventude; população abaixo da linha de miséria (ex.: moradores de rua)** ; pessoas com necessidades educacionais especiais; **pessoas com**

orientações sexuais distintas, todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA.

5. **(4)** A consciência do direito à educação cresce entre a população jovem e adulta excluída do sistema escolar, e faz com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a ~~eles~~**ela** destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam?

6. Pensar sujeitos da EJA é trabalhar com e na *diversidade*. A diversidade se constitui das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afro descendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, entre outros. A *diversidade* que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar — que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da *diversidade* tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas. Propostas que incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco o direito garantido pela Constituição de ser diferente.

7. A *desigualdade* tem sido a marca da *diversidade* em nosso país, conforme demonstrado no diagnóstico anterior. Para 49,5% da população, por exemplo, constituída por negros (pretos e pardos), e por 0,3% de indígenas, fazer valer seus direitos na prática é resultado de lutas encabeçadas por movimentos sociais.

8. A EJA, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos quebra a lógica de que uns valem mais do que outros, enfrentando as *desigualdades* como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Potencializar a *diversidade* na educação pode contribuir para a transformação social e para a formulação de propostas educativas que ponham esses sujeitos de *energia, imaginação e criatividade* no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação — um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira.

~~9. A *diversidade* transformada em *desigualdade* tem assumido um duro papel para a cidadania em toda a história brasileira. Considerada a sociedade de classes, hierárquica e autoritária que constituiu a nação, há exigência de políticas de Estado para superar a *desigualdade*.~~

~~10. A produção de uma política pública de Estado para a EJA, centrada em sujeitos jovens e adultos com a expressão de toda a *diversidade* que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão de que a *desigualdade* se vale.~~

junção dos § 9 e 10 com esta redação

9. e 10 A *diversidade* transformada em *desigualdade* tem assumido um duro papel para a cidadania em toda a história brasileira. Considerada a sociedade de classes, hierárquica e autoritária que constituiu a nação, há exigência de políticas de Estado para superar a *desigualdade*. A produção dessa política pública de Estado para a EJA, centrada em sujeitos jovens e adultos com a expressão de toda a *diversidade* que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão de que a *desigualdade* se vale.

11. A EJA, como espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, intencionado pelas culturas de jovens, adultos e idosos tem, muitas vezes, essas relações ratadas como problemas. As formas de expressão conflitam com padrões homogêneos, exigindo acolher a discussão de *juventudes*, do tempo de *vida adulta* e de *velhices*, no plural.

12. O Brasil ainda é um país jovem, e dessa cultura é preciso dar conta. Grupos jovens têm questões próprias, ligadas às formas de ser e de estar no mundo, de expressar suas *juventudes*, sua cultura, seus desejos e sonhos

futuros. Formas de ser constituídas, também, na luta cotidiana no mundo do trabalho e da sobrevivência, na exposição às vulnerabilidades sociais de violência, vítimas de altos índices de homicídio — situações que contribuem para afastá-los da possibilidade de acesso e permanência na escola e de torná-los sujeitos de processos de formação e de humanização. O reconhecimento de maciça presença de grupos etários integrantes da categoria histórica *jovem*, de *juventudes* nos processos educacionais, tem sido denominado de *juvenilização* da EJA, imprimindo também a necessidade de foco sobre esses sujeitos nas ofertas educativas.

13. Idosos começam a representar um número bastante significativo na população brasileira e tenderão a representar cada ia mais, face ao aumento da expectativa de vida (vive-se mais, portanto) e ao envelhecimento considerável de um significativo contingente de população. Em decorrência dessas constatações, o Brasil hoje começa a compreender a importância de se preocupar com a qualidade de vida e com os direitos dos brasileiros com 60 anos e mais, ~~há vista a~~ **como expressa, por exemplo** a aprovação do Estatuto do Idoso **em 2003**. Por um lado, a existência de idosos que não se escolarizou, ou nem se alfabetizaram, no país ainda responde por grande parte do contingente não-alfabetizado. Por outro, a concepção do aprender por toda a vida exige repensar políticas que valorizem saberes da experiência dos que, não mais vinculados ao trabalho, podem continuar contribuindo para a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, mudando-se a tendência histórica de relegá-los ao ócio e a atividades pouco criativas e que não possibilitam assumir compromissos sociais com o legado de uma vida, na transmissão da herança cultural.

14. A EJA também é constituída predominantemente por jovens e adultos residentes nas periferias urbanas. O mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país, **conseqüência da ausência do Estado**. Encontram-se nas periferias urbanas índices e situações humanas mais degradáveis, dentre as quais, precárias condições de moradia, de saneamento básico e insuficientes equipamentos públicos como postos de saúde, escolas, praças, ~~agravados com o~~ **além do** crescente nível **índice** de violência. De lá também se acompanha o surgimento de iniciativas comunitárias que levam milhares de jovens e adultos a participar de atividades culturais e econômicas criando identidades e expressando a *diversidade* ali existente.

15. ~~Encerrar na~~ **Considerar nas ações** na EJA a *diversidade* como substantiva na constituição histórico-social e étnico-racial brasileira exige superar como únicos ou superiores o padrão físico, a mentalidade, a visão de mundo, a ética de raiz européia, branca, que têm favorecido grupos sociais, privilegiando-os tanto economicamente como nas possibilidades de influir nas decisões políticas sobre os rumos da sociedade. Exige superar preconceitos que reforçam as *desigualdades* que caracterizam a sociedade brasileira. Exige reeducar as relações étnico-raciais, tal como prevê a atual legislação. **(Lei 10.639/2003 modificada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008)**

16. Em todos os níveis e modalidades de ensino, as relações entre estudantes e entre eles e seus professores reproduzem relações sociais e étnico-raciais, presentes no dia-a-dia de todos os brasileiros. São conhecidas as discriminações que sofrem indígenas e negros, em virtude de seu pertencimento étnico-racial, de seu fenótipo, de suas condições de vida e de sobrevivência. Preconceitos, forjados a partir de estereótipos, de visão distorcida do universo indígena, das raízes africanas informam julgamentos depreciativos que geram e/ou reforçam desvantagens materiais e simbólicas. Os movimentos negros brasileiros, ao longo do século XX, fizeram denúncias, apresentaram críticas à sociedade e propostas aos sistemas de ensino. Muitas reivindicações foram atendidas e incorporadas aos textos legais e a partir daí princípios, referências para a formulação de políticas educacionais, de propostas pedagógicas, de planos de ensino e diretrizes curriculares passaram a orientar a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana **e indígena. (Lei 11.645 de 11/03/2008).**

17. As relações de gênero no país têm sofrido mudanças consideráveis nas últimas décadas e as mulheres avançaram em direitos nos muitos aspectos da vida cotidiana – trabalho, educação, saúde, moradia, segurança —, em particular, com estratégias de sobrevivência ao machismo. Com muitas questões a enfrentar como, por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função profissional, pode-se dizer que, entretanto, no campo educacional, só as gerações mais velhas ainda revelam a discriminação de há 60-70 anos contra as mulheres, quando não merecia importância a ida à escola, o saber ler e escrever, o conhecimento sistematizado. Nas gerações mais novas, a tendência tem sido inversa, observando-se

um número superior de mulheres que acessam a educação, em relação aos homens. Muitas mulheres vivem problemas de duplas jornadas e, também, de assumirem sozinha a chefia da família uniparental, em que a mulher garante o sustento e a educação dos filhos com o trabalho, sem que, muitas vezes, possa educar-se **escolarizar-se**, seja pelo tempo escasso, seja pelos horários de oferta inadequados à realidade de vida dessas famílias.

18. A sociedade brasileira ainda não reparou iniquidades e desigualdades provocadas pela lógica dos latifúndios, retomada pela apropriação, por parte do agronegócio, da exploração da terra. O uso e posse da terra têm sido objetos de lutas históricas de diferentes movimentos dos povos do campo. Defendem um projeto de desenvolvimento do campo em outro projeto de nação **nos termos do art. 3º da Constituição Federal de 1988**. As lutas pelo direito à educação se articulam às lutas pela terra e pela preservação da cultura camponesa, afirmadas nas conferências nacionais e nas diretrizes da educação do campo. Não mais a educação *no* campo, mas a educação *do* campo, vista como espaço de vida, culturas, saberes e identidades.

19. No que concerne aos direitos ~~das pessoas~~ **da população de EJA** com necessidades educativas especiais **de atendimento educacional especial e deficiências, como por exemplo, altas habilidades, baixa, média e altas complexidades, se darão através da consolidação de políticas educacionais singulares e específicas, mediante a garantia de profissionais especializados para atendimento às diferentes necessidades educacionais e à implantação do ensino da **à defesa da educação inclusiva e ao direito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e BRAILLE, sala de recursos e apoio pedagógico. Neste sentido é necessário assegurar, enquanto política de atendimento à essas pessoas, a presença de profissionais especializados para o atendimento das diferentes necessidades educativas dos alunos. Para isso faz-se necessário o funcionamento e a criação das salas de recursos e o apoio pedagógico efetivo nos períodos de oferta. E ainda o cumprimento da Lei 10.098 de 19/12/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. é reconhecida a presença significativa dessas pessoas na EJA, que desafiam políticas públicas educacionais quanto ao cumprimento do respeito às suas especificidades.****

20. Os 227 povos indígenas brasileiros, falantes de 180 línguas, por determinação da Constituição de 1988, passam a ter reconhecidos e respeitados o direito a seus territórios, a suas especificidades étnicas, socioculturais, a suas organizações políticas e, com apoio na lei maior, buscam determinações legais necessárias para terem atendidas suas metas, particularmente no tocante à educação escolar e superior indígenas. Contemporaneamente, as organizações de povos indígenas têm ocupado lugar no cenário brasileiro, especialmente no que diz respeito à educação de sua gente e à formação de seus educadores. Buscam garantir o direito a manter e disseminar a herança educativo-cultural que a forma como grupo humano diverso: o bilingüismo, que reconhece e valoriza línguas nativas; a interculturalidade, própria do projeto de educação indígena, princípio educativo para a formação de cidadãos — importantes contribuições para a educação brasileira. **O respeito à formação do professor indígena e sua atuação profissional, oportunizado o acesso ao trabalho nas escolas indígenas. O professor indígena deve desenvolver e aprimorar os processos educativos e culturais dos quais é um dos responsáveis, agindo como mediador e articulador das informações entre seu povo, a escola e a sociedade em geral.**

21. Tanto os ~~remanescentes de~~ quilombos formados durante a escravidão, como os quilombos constituídos em outras datas e circunstâncias têm assegurado na lei, nos termos da Constituição Federal de 1988, o direito às terras que historicamente ocupam, aos territórios e expressões materiais e imateriais que vêm construindo. No tocante à educação, programas e projetos procuram preservar, e valorizar **registrar e sistematizar as** marcas de suas culturas, destacando a importância da resistência de afro descendente à ~~escravatura~~ **escravização** e mantendo tradições e concepções de mundo resguardadas durante anos em agrupamentos zelosos de seus saberes e de seu conhecimento. Processos educativos em quilombos, oferecidos pelos sistemas de ensino ainda devem superar o caráter assimilacionista **em toda a educação.**

22. A tutela do Estado em relação a internos **(as)** penitenciários **(as)**, ou **menores de idade privados de escolhas**, tem sido um aspecto muito questionado pela sociedade, quanto ao custo de manutenção de sujeitos privados de liberdade, por um lado, e pelas condições indignas de vida que estes são submetidos, como uma “pena” complementar à condenação da justiça, por outro. A responsabilidade constitucional do Estado com a

educação para todos não **deve** excluir ninguém, ~~em internos penitenciários, e especialmente estes, privados de escolhas, porque mantidos em cárcere. Mas a educação, quando ofertada em presídios, compete com o trabalho e em desvantagem: pelo trabalho a remuneração financeira de que precisam internos e suas famílias, além de que é visto como saída para manter internos ocupados, e medida de ressocialização. A remição de um dia de pena pela educação, quando existe, exige 18h de estudos, enquanto o trabalho faz a remissão de um dia para cada três trabalhados.~~ **pelo estudo, que talvez seja o atrativo para esse público, não aparece em nível nacional. E, onde acontece são exigidas dezoito horas estudadas e comprovadas para redução de um dia de pena, e a cada três dias trabalhados, há uma redução de um dia do tempo de permanência na prisão. A educação de jovens e adultos na prisão deve ser vista como meio de re-inserção, mas para isso a sociedade deve estar preparada para receber esse público ao invés de excluí-lo.** A rede de escolas em presídios, onde existe, tem pouca visibilidade social, ainda que algumas com atividades acerca de 30 anos sem, entretanto, atender a todos os internos que constituem potencial demanda, e com pouca expansão da oferta **faltando, inclusive, a atuação das Universidades por meio de estudantes e/ou pesquisadores.** Durante **todo** o tempo de privação da liberdade, a educação pode ser alternativa real de vida, consolidando um dos muitos direitos não garantidos à maioria dos sujeitos presos.

Estratégias político-didático-pedagógicas para a EJA

23. A EJA, historicamente, tem-se caracterizado por tentar articular processo de aprendizagem que ocorrem na escola, segundo determinadas regras e lógicas do que é saber e conhecer, com processos que acontecem com homens e mulheres por toda a vida — em todos os espaços sociais, na família, na convivência humana, no mundo do trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em entidades religiosas, na rua, na cidade, no campo, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, nos ambientes virtuais multimídia etc., cotidianamente, e o tempo todo.

24. A EJA ~~vem tentando~~ **deve** perceber esses processos tão presentes no cotidiano, resultantes de estratégias didáticas que possibilitam esses aprendizados. São frutos da experiência e da ação inteligente de sujeitos no mundo, segundo a ordem de necessidade **e expectativa** em relação ao que se quer – ou se precisa – aprender.

25. Outros processos são marcados pela intenção de conhecer e educar em determinados campos, transformando modos de ver e agir em certas situações como, por exemplo, de atitudes emancipadoras das mulheres; de posturas ambientais, que alteram significativamente a lógica de riqueza e da exploração infinita da natureza; de **contrapor produção sustentável de renda numa perspectiva de trabalho coletivo – econômico, solidária, povos e comunidades tradicionais, associativismo, agricultura familiar sustentável ou comunitária que respeite a natureza de** assunção de direitos humanos, que exigem tratamento de iguais, para todos os homens e mulheres, deixando ressurgir a *diversidade* de que são constituídos; de reconhecimento do lugar de trabalhador ~~para além da submissão ao mercado,~~ pensando-se **como** produtor da vida, pela ação do ~~trabalho etc.~~

26. As estratégias político-didático-pedagógicas da EJA ~~também tentam superar~~ **devem viabilizar a superação de** outros processos ainda marcados pela organização social da instituição *escola*, hierarquizada como um sistema verticalizado, com saberes e conhecimentos tomados como “conteúdos”, sem os quais o sujeito não adquire a legitimidade pelo que sabe. **É fundamental que a escola trabalhe com os saberes cotidianos, técnicos e científicos de maneira articulada, dando sentido e significado a estes conhecimentos, de forma a construir conceitos que contribuam para compreender a realidade, analisá-la e transformá-la.**

27. A EJA reconhece que todas essas situações em espaços de aprendizados acontecem mediadas por linguagens/ferramentas diversas, de maior ou menor complexidade técnica e tecnológica, de caráter artesanal ou manufaturado, de usos simples ou complexos, manuais ou eletrônicos, resultantes de trabalho humano ou planejado para ser executado pela robótica, pela inteligência artificial.

28. Dada a *diversidade* de sujeitos da EJA, as estratégias político-didático-pedagógicas não prescindem da presença humana **do professor e estudantes**, da interação, da troca, do diálogo, pela certeza de que aprender

exige ação coletiva, entre sujeitos com saberes variados, mediados ~~ou não por velhas e novas linguagens tecnológicas~~ **pelas linguagens objetivando conhecimento emancipador.**

29. Na contemporaneidade não se pode descartar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) pelo que têm possibilitado ao desenvolvimento de processos de aprendizado, acelerado o ritmo e a quantidade de informações que são disponibilizadas, favorecido o surgimento de novas linguagens e sintaxes, enfim, criado novos ambientes de aprendizagem que se podem pôr a serviço da humanização e da educação de sujeitos. Vai se do real ao virtual, do analógico ao digital, educam-se novos gostos, escolhas, percepções para a qualidade da imagem, do movimento, da capacidade de alcançar regiões e locais remotos nunca antes imaginados, em tempo real, sem defasagens que lembrem distâncias e longas esperas.

30. As TICs se espalham na prática social ~~de forma irrecorrível,~~ mudando a vida, as relações e as lógicas de apropriação **e produção** do tempo e do espaço, agora submetidos a novos ordenamentos e apreensões. Convive-se com antigas tecnologias, mas não se abre mão das novas em todos os campos da vida social e cuida-se de evitar que novas exclusões sejam processadas. Todos os sujeitos se vêem diante de um novo mundo de informações e linguagens / ferramentas, mas mesmo a apreensão desigual dessas linguagens / ferramentas ~~e de fazer este mundo inclui a todos, sem escolha, mas~~ com diferentes graus de acesso: códigos de barra, cartões eletrônicos, celulares estão na realidade cotidiana, mesmo quando se é levado a pensar no conceito que ameaça o direito, mais uma vez: o de *exclusão digital*.

31. Do ponto de vista do que faz a escola — e do que sempre fez —, embora as expectativas sejam quase as mesmas por parte de jovens e adultos, cabe à EJA repensar o papel que ela deve desempenhar para mobilizar esses sujeitos à retomada de seu percurso educativo. Se muitos deles têm ~~histórias de fracasso~~ **trajetórias escolares descontinuas**, de não-aprendizados, de frustrações, **não** é possível repetir modelos e manter fórmulas de lidar com a infância na relação entre sujeitos jovens e adultos? Se ler e escrever são indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, como atuar para que jovens e adultos aprendam, e se apropriem **e produzem** dessas técnicas? Ao longo da vida, jovens e adultos aprenderam e, portanto, detêm saberes que não podem ser ignorados. De que forma trazer para o currículo estes saberes e fazê-los dialogar produtivamente na escola? Em que tempo, com que organização? Como saber o que sabem jovens e adultos? A avaliação processual pode ajudar? De que forma? O que mais importa: aprender ou certificar? **Como articular os saberes cotidianos dos jovens e adultos aos saberes técnicos e científicos sistematizados numa perspectiva de emancipação?**

32. Tempos na organização da EJA são fundamentais para possibilitar que aprendizados escolares se façam. Para além dos instituídos, cabe instituir tempos outros, de forma a atender a *diversidade* de modos pelos quais jovens e adultos podem estar na escola e aprender. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso organizar tempos flexíveis, segundo as possibilidades de cada grupo pode contribuir, em muito, para garantir a permanência e o direito à educação.

33. As políticas ~~de alfabetização e de EJA,~~ **dentre essas as de alfabetização**, vêm disputando concepções sobre o que alfabetizar e garantir o direito à educação para sujeitos de EJA. A perspectiva de formar leitores e escritores autônomos, que dominem o código lingüístico, mas que também sejam capazes de atribuírem sentidos e recriar histórias. **De analisar criticamente sua realidade intervindo para transformar (práxis)**, pela escrita sem prejuízo de outras formas de expressão como imagens **que** vão além do que tem sido observado em muitas práticas de alfabetização ~~e de na EJA.~~ O mundo contemporâneo exige o leitor de diversos códigos, do múltiplo, do diverso, perspicaz na interpretação e com capacidade de dando asas à imaginação, atribuir sentidos com toda a liberdade, para além da oralidade, campo em que sujeitos jovens e adultos ~~são competentes~~ **tem domínio.**

Agrupar os parágrafos 34 e 35 – com as alterações indicadas

34. Um currículo para a EJA não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. Reconfigurar currículos ~~é tarefa de diálogo entre especialistas, e até mesmo de estudantes.~~ **não** é desafio individual, mas coletivo, de gestão democrática, que exige pensar mais do que uma intervenção

específica: exige projeto político-pedagógico para a escola de EJA como comunidade de trabalho/aprendizagem em rede, em que a *diversidade* da sociedade esteja presente.

35. A **É** tarefa de **diálogo entre especialistas, professores, estudantes e requer a** reconfigurar currículos ~~impõe~~ a formação docente continuada, como professor/pesquisador, ~~porque~~ **pois** por meio dela ~~professores e educadores~~ poderão revelar seus fazeres e ressignificar seus dizeres, a partir do que, efetivamente, sabem e pensam. ~~À formação inicial e continuada de professores, fazendo real o papel de um sistema, cabe contribuir para a qualidade do ensino, nos termos que vêm sendo explicitados neste documento.~~

Acrescentar o seguinte parágrafo:

X. Para o desenvolvimento da política pública de EJA, na perspectiva da educação de qualidade social com prática da liberdade, requer que o Estado construa e implemente uma política de formação docente centrada na Escola, assessorada e acompanhada pelas Instituições formadoras.

36. Povos do campo defendem programas de formação de educadores e de professores para a especificidade de sua educação. Defendem, assim, projetos de EJA para a *diversidade* dos povos do campo.

Acrescentar o seguinte parágrafo:

X. É fundamental garantir o apoio técnico e financeiro à elaboração e publicação de material didático-pedagógico, bem como a reprodução e aquisição de materiais adequados aos sujeitos, tempos, e espaços da EJA.

37. A avaliação na EJA também implica enfrentar o desafio e a lógica perversa da cultura hierárquica e submissa que formou o povo brasileiro. ~~Mais do que pôr “cada um em seu lugar”, pensamento a ser abandonado,~~ **C**abe agora pensar de que modo cada sujeito se apropria dos conhecimentos e os faz seus, para si, para sua comunidade, ~~e para a sociedade. Esta avaliação~~ **Assim sendo, requer-se uma avaliação processual, contínua e formativa que não** remete **somente** à necessidade de certificação, referendo de um sistema de reconhecimento formal na sociedade. Como documento burocrático, o certificado muitas vezes tem sido o motor que conduz jovens e adultos de volta à escola, sem que esta se dê conta de estar diante de uma bela oportunidade de transformar a expectativa inicial dos sujeitos, minimizando seu valor, e maximizando o valor do ~~conhecer~~ e da ~~competência~~ **capacidade** de jovens e adultos pelos aprendizados realizados.

38. Ao longo da história recente, muitos programas e projetos — governamentais e não governamentais — produziram lições que devem ser aprendidas por educadores, dirigentes e gestores públicos, para que se avance em relação aos desafios que se mantêm, e sobre os quais muito do que já foi produzido poderia evitar que os mesmos erros se repetissem. Em parceria ou não, a perspectiva primeira de que há forte fragmentação na oferta pode possibilitar uma nova leitura, se se trabalhar sob a ótica da *diversidade*.

39. **Os** programas voltados a públicos específicos, **devem se tornar políticas públicas de Estado**, exigem sua manutenção como tal, ainda que devam estar integrados à EJA como modalidade do sistema de educação básica. Programas como *Integrar e Integração*, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (PRONERA), nascido da interlocução e parceria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o governo federal; ***Programa Nacional de Integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de EJA (PROEJA)***, *Programa Nacional de Inclusão de Jovens* (PROJOVEM), destinado a públicos juvenis que apontam necessidades e culturas próprias e reclamam atenção no que diz respeito ao cumprimento do preceito constitucional da educação básica; *Educando para a Liberdade*, voltado para jovens e adultos privados de liberdade; Concurso *Literatura para Todos*, que visa a aproximar o leitor comum da literatura, valorizando escritos de novos autores por meio de um concurso e estabelecendo referências para o que seja produzir literatura para jovens e adultos com pouca ou baixa intimidade com obras literárias; *Arca das Letras*, *Telecentros* etc. são algumas de muitas iniciativas que compõem o espectro de atendimento a jovens e adultos, carecendo de maior compreensão e aproximação.

40. Programas que associam a modalidade EJA a formas de atendimento na educação profissional também têm contribuído para alterar o quadro de oferta, mas principalmente, o quadro referencial quanto ao que é fazer educação básica integrada à educação profissional na modalidade EJA. Outra exigência na constituição de

currículos é a de reconhecer competências profissionais como conteúdo e saberes já portados por jovens e adultos, alterando a forma de produzir currículo na escola.

41. Todas as estratégias **político**-didático-pedagógicas, em síntese, quando adotadas criticamente, podem melhor dimensionar o fazer escolar na EJA e a participação dos estudantes, sem perder as especificidades que movem, prioritariamente, os sujeitos que desejam aprender **e produzir conhecimento transformando a si, sua relação social e o conjunto da sociedade.**

Intersetorialidade da EJA

42. Quando se trata de **Reconhecer** a intersectorialidade da EJA é um desafio dialogar com o **pressupõe o estabelecimento de diálogo permanente com os** campos do trabalho, da saúde, do meio ambiente, das culturas da comunicação, entre outros aspectos **as esferas do sistema e mesmo no interior dessas.**

43. A perspectiva de uma relação EJA/trabalho **e emprego** que retome o conceito de formação integral dos cidadãos e cidadãs na produção de sua existência, no processo de transformação da natureza, enfrenta o reducionismo do que se convencionou chamar de mercado de trabalho. É possível continuar pensando que jovens e adultos devem exclusivamente se preparar para competir no mercado de trabalho, em uma sociedade marcada pela dinâmica excludente do capitalismo? **Existe Como criar** efetivamente espaço para esses jovens e adultos no desenho de ocupações que o sistema capitalista vem assumindo nos últimos anos? É possível construir outros espaços de produção de existência material e imaterial não baseados em destituição do outro, no individualismo e na competição? **Parte desta A** reflexão sobre jovens e adultos e o mundo do trabalho deve reconhecer o que a economia solidária produz no Brasil, como uma das muitas possibilidades de enfrentamento de modelos padronizados pelo sistema capitalista para a geração de sustentabilidade e renda. Iniciativas como organização de associações e cooperativas de produção e venda, revitalização da agricultura familiar e descoberta de novos campos produtivos que respeitem a vocação local e condições ambientais são desafios para jovens e adultos trabalhadores.

44. ~~A relação EJA/saúde também aponta a necessidade de desconstrução de uma lógica que se materializou nas últimas décadas por meio do binômio saúde/doença, que reduziu a saúde ao “combate a doenças”. Condições precárias de sobrevivência de grande parte de jovens e adultos brasileiros os afastam da possibilidade de vida saudável, com alimentação adequada, condições sanitárias e de moradia, segurança e transporte apropriados, com direito a lazer e a manifestações culturais. A falta desses componentes mínimos para a existência contribui para a reprodução de uma população adoecida. Distorções causadas pela má distribuição de renda no Brasil têm conduzido à busca de “cura de doenças”, muito mais do que à promoção da saúde. Organizar-se para enfrentar essa condição desumana de sobrevivência é fundamental, mas não suficiente. De que forma jovens e adultos podem reconstituir, com base na rica e diversa formação étnico-cultural, hábitos saudáveis de alimentação, de utilização de e manejo de recursos naturais, de lazer e descanso, fundamentais para a produção de uma vida com saúde?~~

Nova redação com acréscimo

A relação EJA/saúde também aponta a necessidade de desconstrução de uma lógica que se materializou nas últimas décadas por meio do binômio saúde/doença, que reduziu a saúde ao “combate a doenças” **sob o paradigma alopático. Distorções causadas pela má distribuição de renda no Brasil e a falta de políticas públicas para a medicina preventiva têm conduzido** à busca de “cura de doenças”, muito mais do que à promoção da saúde. Condições precárias de sobrevivência de grande parte da população os afastam da possibilidade de vida saudável, com alimentação adequada, condições sanitárias e de moradia, segurança e transporte apropriados, com direito a lazer e a manifestações culturais. A falta desses componentes mínimos para a existência contribui para a reprodução de uma população adoecida. Organizar-se para enfrentar essa condição desumana de sobrevivência é fundamental, mas não suficiente. De que forma jovens e adultos podem reconstituir, com base na rica e diversa formação étnico-cultural, hábitos saudáveis de alimentação, de **consolidação das medicinas fitoterápica, homeopática, acupuntura, ayurvédica e outras,** utilização e

manejo de recursos naturais, de lazer e descanso, fundamentais para a produção **de uma sadia qualidade** de vida?

45. ~~O desafio é~~ **A** relação do mundo do trabalho e da saúde na vida de jovens e adultos está intimamente relacionado à forma como esses sujeitos interagem com o ambiente, entendido aqui como espaço de vivência entre seres humanos e natureza como um todo. O sentido de preservação humana relacionado à consciência de respeito aos limites e às possibilidades impostos pelas condições físicas e biológicas do planeta constituem a ética do tempo presente, **ênfatizando a sustentabilidade social, cultural, econômica e ecológica aplicada à vida cotidiana. Dessa maneira, como pensar a produção da existência e uma vida saudável de jovens e adultos para que não destruam os demais elementos da natureza? Como mudar hábitos já incorporados à prática cotidiana que contribuem para colocar em risco a nossa própria existência? Como os processos educativos formais podem mudar hábitos já incorporados na sociedade?**

46. Outro campo de produção da existência de jovens e adultos que desafia a EJA é o da cultura. Cultura compreendida como produção de símbolos e significados humanos relacionados a diferentes formas de expressão e representação do mundo, com forte interseção com o que homens e mulheres produzem no mundo do trabalho, em condições ideais de saúde, com e a partir de todos os elementos que se encontram no ambiente em que vive e convive. Nesse campo o povo brasileiro demonstra extraordinário acúmulo, todavia subsumido ao que pode ser chamado de cultura de massa, ou massificação cultural promovida em especial pela banalização da existência, produzida pelos meios de comunicação de massa. O desafio nesse campo é dar visibilidade ao já produzido e ao que se continua a produzir como representação ou visão da realidade, por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, da produção artesanal, da ciberarte, entre outras. Como a EJA pode ser um espaço de cultura na produção de conhecimentos?

47. Todos os campos abordados desafiam a implementação de políticas públicas para jovens e adultos com a necessária intersetorialidade que dê conta da complexidade desses campos na relação que estabelecem com a EJA. Políticas que se materializem mesmo como projetos e programas, com clara interseção entre meios e fins, implicam desafio de articulação e gestão entre entes governamentais — governo federal, governos estaduais e governos municipais — e, ainda, obrigam ao exercício necessário de definição do papel articulador de cada órgão de governo, quando se trata da implementação de políticas de cada campo, que envolvem a produção de conhecimentos de jovens e adultos.

48. Um elemento fundamental ~~no reconhecimento do valor e do significado do aspecto~~ **para o fortalecimento e afirmação do caráter** intersetorial da EJA é o diálogo entre órgãos de governo, responsáveis pela implementação de políticas públicas e a sociedade civil demandante dessas políticas. Especial destaque deve ser dado aos movimentos sociais **e populares** que atuam na EJA, interlocutores indispensáveis no processo de construção de políticas voltadas a jovens e adultos. ~~Quer sejam~~ **Os** fóruns de EJA, ~~ou demais~~ **os** movimentos ligados à luta pela terra, à luta sindical, aos direitos de mulheres, de afrodescendentes e de indígenas, **entre outros** todos têm exercido papel inquestionável na proposição de diálogo e na construção de alternativas que resultem em políticas públicas conseqüentes para jovens e adultos. Por esta razão, o papel desempenhado pela SECAD/MEC na articulação de políticas em diálogo com a sociedade tem sido fundamental, na experiência democrática de gestão.

49. O diagnóstico da realidade de jovens e adultos, todavia, demonstra a desarticulação ainda existente nas ações governamentais, o que ~~não contribui com~~ **dificulta** o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para jovens e adultos. **A fragmentação existente no interior das secretarias de educação e mesmo do Ministério da Educação, e entre as esferas de governo, dificulta a interlocução e proposição de ações conjuntas voltadas a EJA. Isso corrobora a manutenção da EJA à margem dos sistemas.** O que pode ser evidenciado como avanço? Pode-se apontar a construção de uma nova institucionalidade na relação entre governo e sociedade civil, no que se refere ao traçado da política intersetorial para a EJA? Mas, o que ainda precisa ser feito para que a intersetorialidade na EJA deixe de ser um problema e passe a constituir um aspecto positivo nas políticas públicas?

EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento

50. Diante dos desafios enunciados, a necessidade de que a EJA se integre a um sistema nacional de educação capaz de oferecer oportunidade de acesso, garantia de permanência e qualidade a jovens e adultos para a conclusão da educação básica é também inadiável. Todos os esforços feitos pelo Brasil, nesse campo, em especial a partir da Constituição federal de 1988 que preceitua no Art. 208 a educação como direito de todos e dever do Estado; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passa a assumir a EJA como modalidade da educação; e da Resolução CEB/CNE nº. 1/2000 que reafirma a especificidade desta modalidade, demonstram que a cobertura é ínfima, se comparada ao número de brasileiros que não possuem educação básica, e que a oferta existente ainda está longe de corresponder às reais necessidades de jovens e adultos brasileiros.

51. O desafio de fortalecer o atendimento e a qualidade na EJA é tarefa que exige repensar o atual modelo de colaboração, que deixa indefinida a responsabilidade dos entes federativos. A União tem o papel indutor e coordenador da política pública de educação como um todo. No campo da EJA, historicamente, tem sido fundamental que a União cuide das escolhas e dos rumos da política proposta, pela influência que exerce sobre os demais entes federativos e, neste caso, especificamente, pela representação do MEC. Estados e municípios, na sua tarefa profícua de execução direta para a garantia da oferta de EJA como direito à educação, ~~acompanham~~ **acompanham com recursos e financiamento por parte do Ensino Fundamental obrigatório devem acompanhar** a orientação do governo federal no que diz respeito ao preceito constitucional e, ainda, utilizam-se do princípio da autonomia federativa no que concerne a modelos pedagógicos e administrativos que melhor respondem aos desafios postos pela *diversidade* dos sujeitos, explicitados neste documento.

52. Reconhecer o direito à organização do atendimento a jovens e adultos em tempos e espaços pedagógicos diferenciados no sistema nacional de educação pode romper com a reprodução da oferta de EJA nos velhos moldes do ensino supletivo: educação aligeirada e compensatória, com base em justificativa equivocada de que os “alunos têm pressa, por isso a escola oferece pouco conteúdo em pouco tempo”. A realidade de propostas mais conseqüentes de EJA tem tensionado esse raciocínio e demonstrado que não há como pensar em educação como direito público subjetivo para jovens e adultos sem clara definição no sistema de ensino quanto a mudanças necessárias nas estratégias de acesso, permanência e qualidade do conhecimento produzido. **Neste sentido, nas legislações a idade para ingresso de candidatos a cursos de EJA, de forma a evitar a migração de alunos da educação básica para essa modalidade.**

53. No que se refere a acesso, retomar por princípio o sujeito da ação educativa na EJA compreende a necessidade de diversificar formas de entrada na educação básica, não apenas no que se refere a romper com tempos determinados de matrícula, mas garantir que a entrada e o retorno às classes de EJA possam se dar ao longo ~~de todo o processo de andamento do~~ **desenvolvimento** projeto pedagógico. Enfrentar questões de acesso é também reconhecer que o público jovem e adulto precisa ser conquistado para voltar ao sistema, ser convencido de que vale a pena estudar e de que a escola que o espera tem outro formato daquela que abandonou ou de que foi excluído, anos antes. Não há acesso sem mobilização de demanda e, nesse aspecto, toda a sociedade civil precisa ser forte aliada do sistema de EJA. Poder público e sociedade organizada, juntos, podem inverter a visão negativa que marca o imaginário ~~de jovens e adultos~~ **da população** sobre a escola.

54. A mobilização ~~pede~~ **deve** ser feita por meio de chamada pública para matrícula **e também poderá ser feita por** ~~de~~ convencimento da população por intermédio de lideranças sindicais, religiosas e associativas; do comprometimento das empresas com a escolarização de seus funcionários, entre outras medidas, o que não resolve isoladamente a questão de EJA, se o sistema não repensar também a educação básica que está oferecendo. Permanência tem a ver também com o que se encontra na escola; com a formação dos professores para lidar com o público jovem e adulto; com as condições materiais da escola para oferecer educação de qualidade; com o tratamento dispensado aos estudantes que, na condição de “não-crianças”, já têm ou ainda não têm expectativas muito claras quando retornam aos bancos escolares.

Acrescentar o seguinte parágrafo:

X. Uma discussão específica entre EJA e ensino noturno fundamental e médio precisa ser realizada, no sentido de pensar que público está sendo atendido em cada nível e modalidade. Os dados do Censo Escolar demonstram que não há uma diversidade etária entre esses alunos, o que difere no atendimento a

esses é o calendário letivo. Essa é a realidade que deve se manter, quanto atendimento do público jovem e adulto?

55. Permanência também tem a ver com o tema da intersectorialidade da EJA, pois o retorno à escola e o sentido do conhecimento ali produzido estão relacionados à vida e ao cotidiano das pessoas que convivem no mundo do trabalho, que precisam saber cuidar da saúde, que produzem cultura, que precisam reaprender, na convivência com o ambiente em que habitam. Portanto, é um desafio inter e extra-escolar, o que exige da EJA saber exatamente o que se passa do lado de fora dos muros da escola, o que em grande medida indica condições de permanência ou não de jovens e adultos nela.

Acrescentar o seguinte parágrafo:

X.A intersectorialidade exige da EJA enfrentar a exploração da mão-de-obra que existe no mercado de trabalho, pois jovens e adultos trabalhadores das camadas populares estão submetidos a cargas-horárias extensas de trabalho, baixa remuneração, condições de exploração desses trabalhadores pelo esforço físico despendido, que dificultam a permanência na escola. O enfrentamento dessas dificuldades só será efetivamente feito quando houver na oferta da modalidade um compromisso de todos os setores que a envolvem.

56. Além da difícil tarefa de mobilização de jovens e adultos para retorno à escola, do desafio de ~~fazê-los~~ **motivá-los a** permanecerem no sistema escolar, há um elemento fundamental que a EJA precisa enfrentar: como fazer para que conhecimentos produzidos sejam significativos, tenham qualidade e permitam aos estudantes maior autonomia para serem sujeitos da própria história? Retornar à escola, participar de um processo em que a certificação é um fim em si mesmo, não parece ser o caminho apropriado para a EJA. O país ainda carece de avaliação mais cuidadosa e de âmbito nacional do processo de certificação de conhecimentos que utiliza há mais de trinta anos: os exames supletivos. Como e quando pautar a discussão da certificação de conhecimentos? **Cabe aos Conselhos Estaduais de Educação e Conselhos Municipais de Educação serem mais rigorosos na fiscalização da oferta de cursos aligeirados e distribuição de certificados sem efetividade e qualidade na oferta dos cursos de EJA.**

Acrescentar o seguinte parágrafo:

X A política de certificação aligeirada que existe em nosso país, seja através de exames supletivos estaduais e municipais ou por adesão ao exame nacional – Exame Nacional de Certificação por Competência da Educação de Jovens e Adultos - ENCCEJA, tem desvirtuado o real papel da EJA. A produção do conhecimento deve ser avaliada no processo, valorizando a aprendizagem significativa que é construída no coletivo, dando sentido ao que foi produzido na escola.

57. Discutir qualidade da educação implica reconhecer que a EJA precisa ter definição clara de estratégias **político**-didático-pedagógicas, como já tratado anteriormente. Precisa, ainda, reconhecer a dinâmica diferenciada da vida e da trajetória escolar dos sujeitos da EJA. Por fim, precisa apresentar condições materiais concretas para sua sustentabilidade, o que representa ter uma estratégia **político-didático-pedagógico** coerente de gestão, de recursos financeiros e humanos compatíveis com as necessidades demandadas pelos desafios da EJA.

58. A gestão da EJA no sistema nacional de educação também implica a necessária opção pelo processo participativo e democrático, tendo em vista que os sujeitos de EJA precisam ser envolvidos nas tomadas de decisão no que se refere à organização de currículos, às estratégias de acesso e permanência e à qualidade da educação ofertada nesse sistema. O diálogo entre os gestores de sistemas públicos de ensino que ofertam EJA e os sujeitos dessa modalidade concorre para a superação de práticas de culpabilização de jovens e adultos pelo “não-saber” e propiciam a construção de uma relação de coresponsabilidade na gestão da modalidade de ensino. Uma estratégia de gestão adequada à EJA precisa contar com o reconhecimento do que é específico dessa modalidade, por parte do Conselho de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) — coletivos de gestores de estados e de municípios, fundamentais na construção da política pública de educação. Do mesmo modo é necessária clareza sobre a especificidade da EJA por parte do Conselho Nacional de Educação e dos respectivos conselhos estaduais e municipais e de seus representantes em nível nacional.

59. Como reconhecimento da singular e imprescindível contribuição efetiva do movimento social dos fóruns estaduais/distrital/regionais de educação de jovens e adultos no Brasil, resultante da mobilização e organização preparatórias, desde 1996, da V CONFINTEA em 1997, a gestão do governo federal na formulação das políticas públicas de EJA se faz com a representação destes sujeitos coletivos na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, nas reuniões técnicas ~~bianuais~~ **semestrais** e no apoio político-financeiro anual aos Encontros Nacionais de EJA, aos Seminários Nacionais de Formação de Educadores de Jovens e Adultos e à criação e desenvolvimento do Portal de Fóruns EJA Brasil (www.forumeja.org.br). **Nesse sentido, é necessário fortalecer a interlocução com os fóruns locais de EJA, a fim de que esses sujeitos coletivos sejam parceiros na gestão e formulação de políticas públicas locais de EJA.**

60. A gestão e o conceito de *parceria* mudaram substantivamente, em relação ao modelo anterior do programa de alfabetização, traduzido pela ação do *Programa Alfabetização Solidária*. Quando é criado o Programa *Brasil Alfabetizado* pelo governo federal em 2003, dois desafios passam a ser enfrentados: primeiro, a expectativa de continuidade à alfabetização, para que se cumprisse o princípio do direito à educação para todos, independente da idade, tarefa que exigia o envolvimento e a chamada à responsabilidade de municípios, primordiais parceiros do Programa; segundo, de que o esforço ético precisava do concurso de toda a sociedade para cumprir o direito, ampliando cada vez mais os dados quantitativos de atendimento e enraizando a EJA nos sistemas públicos. **Mesmo com o esforço realizado até o momento ainda não superou a perspectiva de campanha de alfabetização, pois não há efetiva qualidade na oferta e continuidade nos estudos. Há um retorno significativo dos alunos às mesmas classes de alfabetização, sem escolarização.**

61. Do mesmo modo, o conceito de parceria e gestão se reformula no esforço de intersectorialidade entre campos de conhecimento da EJA e a ação de variados órgãos públicos e Ministérios, com a aproximação e a interseção que se estabelece com programas voltados à economia solidária, às juventudes, aos saberes da terra, das águas, à educação nas prisões, à atenção à saúde.

62. No que tange aos recursos humanos, ainda há um grande desafio no Brasil em relação à formação de professores e gestores que atuam na EJA. Apesar de todo o esforço dos sistemas na formação continuada de professores de redes públicas, é tímido o resultado desse investimento. Quanto à formação inicial em nível superior, uma grande lacuna existe nas licenciaturas quanto ao reconhecimento da EJA como *locus* de formação específica. Mesmo na formação de pedagogos, considerando o elevado número de cursos superiores existentes no país (mais de mil e quinhentos), são poucos aqueles que, sistematicamente, assumem a formação de educadores de jovens e adultos (menos de 2%). É de reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de vários desses cursos ao incluir disciplinas que abordam a EJA e/ou ao criar núcleos que dinamizam a prática e a formação **permanente e** específica desse educador.

63. Desde a década de 1990, a pós-graduação nas universidades vem-se empenhando no estímulo, no desenvolvimento e na formação de pesquisadores em EJA. Há que se destacar as contribuições aportadas aos Seminários de EJA no Congresso de Leitura do Brasil (COLE), ao Grupo de Trabalho de EJA (GT 18) na Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Educação (ANPEd) e os inúmeros trabalhos apresentados anualmente nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A realização do I seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, em 2006, e sua continuidade em 2007 no II Seminário, demonstrou a intensificação do investimento em programas de pesquisa e formação de gestores e educadores de jovens e adultos com significativa contribuição das universidades públicas e da ANPEd. Também em 2006 o lançamento de edital para projetos de pesquisa e formação *stricto sensu* no âmbito do Programa de Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA (PROEJA) pela CAPES/SETEC representa uma primeira iniciativa voltada especificamente para esse campo. Ainda a experiência do curso de *Educação na Diversidade* promovido pela SECAD/MEC, com mediação das TICs, também demonstrou as possibilidades de um ambiente novo e promissor para a formação.

64. O financiamento específico para a EJA por meio do FUNDEB, na mesma lógica do financiamento da educação básica, é uma conquista que precisa ser destacada, permanecendo ainda o desafio do tratamento isonômico de estudantes de EJA em relação aos demais do ensino fundamental e médio, além da participação efetiva, com ~~controle social do uso dos recursos do Fundo~~ **fortalecimento dos conselhos de fiscalização e**

acompanhamento do FUNDEB e/ou outros fundos (com composição paritária: representantes de gestores e trabalhadores) e aplicação exclusiva na educação pública. Como avaliar os desafios do investimento financeiro na EJA? Como superar esses desafios? Como discernir o financiamento público e custo da EJA, considerando o manifesto interesse de oferta da modalidade pelo setor privado com e sem o financiamento público, sobretudo, e com garantia do estabelecimento de mecanismos de controle social?

B. RECOMENDAÇÕES

EIXO TEMÁTICO - SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PARA OS SISTEMAS PÚBLICOS FEDERAL, ESTADUAL DISTRITAL E MUNICIPAL:

1. Buscar na EJA das unidades prisionais a equiparação de horas de estudos com a mesma remição de dias de trabalho.
2. Ampliar mecanismos de divulgação e conscientização do direito à educação de jovens e adultos.
3. Garantir o direito de acesso e permanência em todos os níveis da modalidade de educação de jovens e adultos.
4. Assegurar a ampliação do direito à Educação Básica pública, gratuita e de qualidade, com universalização do Ensino Fundamental e Médio.
5. Regulamentar na LDB a idade e os tempos de acesso à EJA.
6. Garantir a permanência, até os 17 anos, do aluno no Ensino Fundamental e Médio com aprendizagem de qualidade.
7. Assegurar profissionais habilitados que atendam às necessidades educacionais especiais e materiais específicos para o desenvolvimento dos educandos da EJA.
8. Oferecer aos educandos da EJA espaço alternativo para seus filhos, na escola, com profissionais habilitados, durante o período de aula.
9. Oportunizar condições para que seja desenvolvida a EJA nas comunidades Quilombolas e indígenas.
10. Garantir que os trabalhos da EJA com os povos e comunidades tradicionais assegurem o resgate, registro e publicação para o reconhecimento e valorização da história oral.
11. Ampliar a oferta de EJA no campo.
12. Assegurar a oferta da EJA nos assentamentos, desde a sua criação.
13. Contemplar a história dos assentamentos no currículo da EJA.
14. Ampliar o atendimento à modalidade de EJA nos presídios.
15. Incluir a educação profissional nos presídios.
16. Garantir políticas que contemplem a distribuição gratuita de livros e materiais didático-pedagógicos (1º, 2º e 3º segmentos da EJA) que devem ser distribuídos na rede pública de ensino, movimentos populares e sociais e sistema penitenciário (carcerário).
17. Garantir programas de formação permanente (graduação e pós-graduação) para professores de EJA no turno correspondente ao exercício da docência.
18. Garantir formação continuada para todos os educadores e professores nas suas devidas realidades, por exemplo: povos indígenas, quilombolas, situações de privação de liberdade e de restrição de liberdade para adolescentes em conflito com a lei, etc.
19. Oferecer atendimento educacional ao sujeito não alfabetizado oriundo de outros estados, inserido nas indústrias sucro alcooleiras.
20. Conceber projetos contemplando a pedagogia da alternância.
21. Garantir que a certificação dos alunos da EJA seja através da produção de conhecimentos avaliados no processo, valorizando a aprendizagem significativa que é construída no coletivo, dando sentido ao que foi produzido pelos alunos dos cursos de EJA. Neste sentido a certificação via exames supletivos estaduais, municipais ou por adesão ao exame nacional – ENCCEJA.

PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:

1. Assegurar que essas instituições incluam nas suas propostas pedagógicas de formação docente as temáticas afro-descendência e indígena.

2. Garantir formação continuada para todos os educadores e professores nas suas modalidades e especificidades, por exemplo: povos indígenas, quilombolas, situações de privação de liberdade e de restrição de liberdade para adolescentes em conflito com a lei, etc.
3. Proporcionar formação inicial e continuada aos profissionais de EJA.
4. Conceber projetos contemplando a pedagogia da alternância.

PARA OS FÓRUNS DE EJA:

1. Ampliar discussões nos fóruns de EJA, assegurando mecanismos de divulgação e conscientização do direito à educação de jovens e adultos como forma de divulgar e conscientizar a população a respeito do direito à educação de jovens e adultos.
2. Garantir que UNDIME, Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais, Distrital e os próprios Fóruns de EJA apresentem e divulguem nas entidades e sistemas, a lei que regulamenta o ensino de História e Cultura Afro-Descendente e indígena.

PARA USINAS:

1. Oferecer atendimento educacional ao sujeito analfabeto oriundo de outros estados, inserido nas indústrias sucro alcooleiras.

EIXO TEMÁTICO - ESTRATÉGIAS POLITICO-DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS PARA EJA

PARA O PODER LEGISLATIVO FEDERAL:

1. Fortalecer a discussão e a mobilização para a inserção do termo “ambiente virtual multimídia” dentre os espaços de educação previstos no art. 1º da LDB.

PARA OS SISTEMAS PÚBLICOS FEDERAL, ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL:

1. Garantir que o exercício da docência na EJA dialogue como critério de cientificidade com a *lógica dialética* estabelecida pelo *materialismo histórico*, uma vez que esta lógica consegue pensar outras lógicas e incorporá-las ou superá-las na síntese. Esse diálogo contribui para que as “retotalizações compreensivas”, preconizadas por Paulo Freire, possam se realizar na prática. Significa dizer que assumir essa lógica é entender essa tradição, pois Paulo Freire, dentre outros autores que analisam a partir desta tradição, sempre esteve vinculado à idéia de que é necessário construir-se “verdades humanas de conjunto” e isso se deve a dialogar com a lógica que apreende a realidade como complexidade; o conhecimento como edifício construído por todos; e a verdade como bem público tendente à provisoriedade.
2. Garantir materiais didáticos específicos.
3. Garantir a merenda escolar aos alunos da EJA.
4. Garantir transporte escolar para os alunos da EJA.
5. Garantir material pedagógico específico para EJA das comunidades quilombolas e indígenas.
6. Fortalecer e ampliar o atendimento da EJA no campo, com material específico da EJA Campo: mais ações das Secretarias Estaduais e Municipais.
7. Assegurar às escolas aquisição de equipamento e o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs).
8. Fortalecer a discussão e a mobilização para que as TICs e os ambientes virtuais sejam integrados ao trabalho pedagógico emancipador na EJA .
9. Garantir a formação continuada para professores da EJA.
10. Mobilizar as instituições, empresas, e organizações que possuam em seus quadros, pessoas não alfabetizadas ou com ensino fundamental e médio incompleto, providenciem a formação básica. Estabeleçam parcerias com órgãos e instituições, em especial, as secretarias de educação municipais e/ou estaduais, para garantir a formação básica (Ensino Fundamental e Médio) dos funcionários que compõem os seus quadros, inclusive cedendo parte da carga horária de trabalho para motivar e garantir que esta formação ocorra.
11. Possibilitar o aprendizado partindo da ação do sujeito, valorizando as suas raízes históricas.
12. Fazer com que os materiais pedagógicos, textos, publicações dos vários ministérios e outras entidades com interface em EJA no âmbito da saúde, meio ambiente, trabalho e comunicação, sejam enviados periodicamente as instituições de ensino.
13. Criar um sistema de informação em rede no Estado contendo, dentre outros, dados estatísticos e os relativos ao perfil do corpo docente/discente: interesses, necessidades e expectativas, como também

programas e projetos voltados à EJA com o objetivo de divulgar e possibilitar uma interação entre os municípios.

14. Estabelecer, em curto prazo, políticas de formação inicial e continuada, voltadas aos profissionais que atuam na EJA, envolvendo os segmentos governamentais e não-governamentais, entre outros, por meio de parcerias público-privadas.

15. Definir, com a participação da sociedade, políticas públicas para EJA em todos os níveis de governo, de forma a contemplar as necessidades reais dos alunos no que se refere ao currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso do aluno, duração dos cursos, criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem.

16. Mobilizar os sindicatos dos professores e trabalhadores em educação, alunos, comunidade, de todos os segmentos da EJA, para garantir a implantação do PROEJA em todos os Estados e no Distrito Federal.

17. Garantir a distribuição gratuita, enquanto política, de livros e materiais didático-pedagógicos para o ensino fundamental e médio da EJA, na rede pública de ensino, movimentos populares e sociais e sistema penitenciário.

18. Considerar a *diversidade cultural, religiosa e social como bandeira de luta na promoção da igualdade e como subsídio na proposição de políticas públicas, porque a história brasileira apresenta uma sociedade de classes, hierárquica e autoritária sendo necessárias ações afirmativas para conscientização de gênero e geração de renda para que supere a desigualdade sócio econômica vista na EJA.*

19. *Garantir a publicação e a divulgação a educadores e a educandos do documento brasileiro para VI CONFINTEA e demais documentos pertinente a EJA.*

20. Garantir construção de escolas com infra-estrutura adequada nas comunidades quilombolas e indígenas, inclusive nas que estão em fase de regulamentação fundiária.

PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:

1. Empreender assessorias e extensão (cursos, projetos, ações) às SMEs/SEEs e Movimentos Sociais e populares que atuam em EJA, visando melhoria da qualidade da educação oferecida aos jovens e adultos.

2. Estimular a pesquisa na modalidade de EJA.

3. Discutir o currículo para a EJA articulando com os princípios da educação popular.

4. Estabelecer, em curto prazo, políticas de formação inicial e continuada, voltadas aos profissionais que atuam na EJA, envolvendo os segmentos governamentais e não-governamentais, entre outros, por meio de parcerias público-privadas.

5. Oferecer programas de formação permanente (graduação e pós-graduação) para professores de EJA no turno correspondente ao exercício da docência.

6. Inserir discussões referentes ao documento brasileiro para a VI CONFINTEA nas propostas dos cursos de licenciaturas.

PARA OS FÓRUNS DE EJA:

1. Fortalecer o caráter formativo das atividades desenvolvidas pelo Fórum de EJA.

2. Garantir que a qualificação e a formação de educadores da EJA seja referência para as ações das entidades: universidades, sindicatos, secretarias estaduais, distrital e municipais de educação.

3. Fortalecer a discussão e a mobilização para que as TICs e o ambientes virtuais sejam integrados ao trabalho pedagógico emancipador na EJA.

4. Efetivar a presença de representantes do movimento do campo nos Fóruns da EJA.

5. Fomentar a discussão da educação no campo nos Fóruns da EJA.

6. Criar estratégias conjuntas para socialização do documento brasileiro para VI CONFINTEA.

PARA OS SINDICATOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

1. Contribuir nos debates de formação continuada específica para professores da EJA.

PARA A SOCIEDADE CIVIL:

1. Estabelecer, em curto prazo, políticas de formação inicial e continuada, voltadas aos profissionais que atuam na EJA, envolvendo os segmentos governamentais e não-governamentais, entre outros, por meio de parcerias público-privadas.

EIXO TEMÁTICO - INTERSETORIALIDADE DA EJA

PARA OS SISTEMAS PÚBLICOS FEDERAL, ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL:

1. Efetivar políticas públicas destinadas à criação de empregos, inclusive a garantia do “primeiro emprego”.
2. Estabelecer/ampliar parcerias com empresas para a oferta de EJA, garantindo-se que parte da carga horária de aula seja da carga horária do trabalhador.
3. Promover a educação profissional construindo uma proposta integrada as ações desenvolvidas pelas políticas do trabalho e da assistência social no âmbito de gestão do trabalho objetivo (economia solidária).
4. Efetivar políticas públicas destinadas à criação de empregos, inclusive a garantia do “primeiro emprego”.
5. Garantir a manutenção de turmas para atendimento em horários diversificados e flexíveis.
6. Estabelecer/ampliar parcerias com empresas para a oferta de EJA, garantindo-se que parte da carga horária de aula seja da carga horária do trabalhador.
7. Aprofundar estudos a serem encaminhados ao CEEs e CMEs, com o intuito de estimular a elaboração de normatizações que atendam, de fato, as necessidades dos sujeitos da EJA.
8. Incentivar, na formação de professores e na execução dos projetos didáticos, a discussão de formas alternativas de produção e utilização de alimentos e de manutenção da saúde.
9. Incentivar, na formação de professores e na execução dos projetos didáticos, temas pertinentes ao fortalecimento das relações solidárias familiares e/ou parentais ou não.
10. Fortalecer a articulação entre os conselhos tutelares e as unidades escolares, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas em prol do desenvolvimento das comunidades locais.
11. Criar políticas públicas que garantam a democratização do acesso aos bens culturais, privilegiando aqueles produzidos pela comunidade local.
12. Garantir a divulgação, pela escola, de mídias emancipadoras que contribuem para uma formação consciente e crítica, acessíveis à população.
13. Acompanhar as discussões nacionais referentes à construção da TV pública no Brasil, compreendendo seu caráter de mídia emancipadora.
14. Possibilitar o aprendizado partindo da ação do sujeito, valorizando as suas raízes históricas.
15. Inserir no currículo da EJA, conteúdos relativos às perspectivas emergentes no mundo do trabalho (economia solidária, cooperativismo, mercado sucroalcooleiro) e orientação vocacional, na formação inicial e continuada de professores.
16. Elaborar plano intersetorial para atender às especificidades diagnosticadas pelo professor da EJA, visando à orientação, preservação e promoção da saúde e da qualidade de vida.
17. Assegurar a participação de gestores dessas políticas públicas citadas, para efetivar o diálogo e promover a intersetorialidade.
18. Investir na produção de material didático adequado às especificidades da faixa etária em número suficiente para professores e alunos que atinja os vários campos da intersetorialidade.
19. Assegurar e conduzir políticas públicas específicas para a faixa etária, de 15 a 24 anos priorizando as questões: EJA-trabalho, EJA-saúde, EJA-meio ambiente, EJA-cultura e EJA-comunicação.

PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:

1. Promover Formação inicial e continuada de professores que contemplem a discussão e experiências de educação ambiental, com ênfase na concepção de sociedade no desenvolvimento sustentável.
2. Inserir no currículo da EJA, conteúdos relativos às perspectivas emergentes no mundo do trabalho (economia solidária, cooperativismo, mercado sucroalcooleiro) e orientação vocacional, na formação inicial e continuada de professores.
3. *Organizar curso específico em EJA de aperfeiçoamento em nível de pós-graduação aos profissionais em exercício, visando implementar a prática pedagógica com base nas recomendações para atingir a intersetorialidade.*

PARA OS FÓRUMS DE EJA:

1. Ampliar o mapeamento nas empresas e nos órgãos públicos com trabalhadores/servidores públicos que constituem demanda à EJA e incentivar parcerias para esse atendimento.
2. Aprofundar a relação do CEE, CMEs CED e sistema nacional de educação, para que ocorra a preocupação em elaborar normatizações que atendam, de fato, as necessidades dos sujeitos da EJA.

3. Mobilizar a comunidade local para o seu fortalecimento pela criação de grupos de apoio, centros comunitários e afins.
4. Assegurar a participação de gestores públicos nos eventos para efetivar o diálogo e promover a intersetorialidade.

PARA OS CONSELHOS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS:

1. Desenvolver ações que visem o acompanhamento das condições de oferta da EJA nas Unidades Escolares, no sentido de garantir a qualidade social dessa educação.

EIXO TEMÁTICO-EJA NO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: GESTÃO, RECURSOS E FINANCIAMENTO

PARA O PODER LEGISLATIVO:

1. Assegurar na legislação a idade de acesso aos cursos da EJA, de forma a evitar a migração de alunos da educação básica para essa modalidade.

PARA OS SISTEMAS PÚBLICOS FEDERAL, ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL:

1. Garantir construção de infra-estrutura nas escolas das comunidades quilombolas inclusive nas que estão em fase de regulamentação fundiária.
2. Garantir a isonomia de direitos dos alunos da EJA na Lei do Fundeb, revendo a restrição do valor aluno 0,7 e a restrição de matrícula a 15% do total da matrícula do fundo.
3. Retomar a possibilidade de acompanhamento e controle do recurso efetivamente aplicado para EJA, para garantir que, de fato haja essa aplicação;
4. Garantir aos municípios que não possuem condições financeiras de executar uma política de EJA, o aporte financeiro do governo estadual e federal.
5. Garantir aos alunos da EJA elementos de apoio à permanência na escola, tais como: alimentação adequada no período de escolarização; transporte público e escolar quando necessário; material específico para EJA; professores habilitados; instalações apropriadas; projeto pedagógico adequado, por exemplo, aos alunos do campo, entre outros.
6. Contratar professores de EJA, garantindo os mesmos direitos e condições de igualdade aos demais professores da educação básica.
7. Garantir a organização de currículos adequados para contribuir com a permanência dos alunos e com a qualidade da educação voltada para esses jovens e adultos, que rompa com práticas de aligeiramento dos conhecimentos e redução do tempo de direito dos alunos de permanência no processo, superando a visão compensatória das práticas de EJA.
8. Criar mecanismos em parceria com os setores: empresas, igrejas, associações, e comunidade em geral, incentivo ao educando a volta à EJA.
9. Assegurar uma política nacional de valorização da EJA, envolver todos os segmentos, a começar pelos órgãos de governo.
10. Garantir formação e condições de trabalho adequadas aos professores que atuam na EJA, incluindo não só uma preparação específica em nível de graduação e pós-graduação, além do processo de formação continuada.
11. Criar condições reais de permanência de professores na modalidade, superando a realidade de complementação de carga-horária na EJA, a rotatividade dos professores na EJA e o encaminhamento de professores sem compromisso para atender a modalidade.
12. Criar mecanismos reais de reconhecimento das aprendizagens já trazidas pelo aluno para que isto seja valorizado no currículo da EJA.
13. Retomar a questão da idade do aluno da EJA, tendo em vista que a faixa etária de 15 anos deveria ser incorporada se for ao primeiro segmento da EJA e para os demais segmentos somente a partir de 18 anos, evitando a migração entre as modalidades.
14. Realizar pesquisa nacional para avaliar a efetividade e o sentido dos exames de certificação em EJA, sejam eles de base estadual ou nacional.
15. Propor que o governo federal assuma a responsabilidade de manter os programas que cria, com os recursos sendo repassados rigorosamente dentro dos prazos.

16. Redirecionar os recursos públicos que vão para o “Sistema S”, e outros setores empresariais, para as esferas públicas federal, distrital, estaduais e municipais.
17. Assegurar o transporte escolar aos alunos residentes no campo viabilizando o seu acesso às salas da EJA existente na própria localidade.
18. Garantir merenda escolar aos alunos da EJA, nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
19. Definir com base no item 51 do Documento Base, a responsabilidade dos entes federativos quanto à implementação e fortalecimento do atendimento e qualidade da EJA.
20. Oferecer cursos de especialização voltados para professores que atuam na EJA.
21. Promover a educação profissional construindo uma proposta integrada às ações desenvolvidas pelas políticas do trabalho e da assistência social no âmbito de gestão de trabalho objetivo (economia solidária).

PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:

1. Garantia de formação inicial e continuada de professores para EJA pelas universidades estadual e federal.
2. Garantir formação adequada aos professores que atuam na EJA, incluindo não só uma preparação específica em nível de graduação e pós-graduação, como também condições para uma formação continuada.
3. Oferecer cursos de especialização voltados para professores que atuam na EJA.
4. Oferecer disciplinas que contemplem a EJA nos cursos de graduação em educação.

PARA OS FÓRUMS DE EJA:

1. Estimular a criação de mecanismos de incentivo a volta à EJA, em parceria com a comunidade em geral, assegurando a mobilização dos alunos na luta por seus direitos.
2. Empenhar no processo de mobilização garantindo a responsabilidade de todos os segmentos, todavia com uma política nacional de valorização da EJA, a começar pelos órgãos de governo.
3. Mobilizar a Undime nos municípios estados onde ela não está articulada em prol da EJA.
4. mobilizar o sindicato dos professores, alunos, comunidade, de todos os segmentos da EJA, para reivindicar do Governo a parceria com o MEC, visando a implantação no DF do PROEJA, que beneficia esta modalidade de ensino.
5. Apoiar as reivindicações da UNCME no sentido da criação dos sistemas municipais e do fortalecimento da autonomia financeira dos Conselhos Municipais já existentes.

PARA OS CONSELHOS NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E DISTRITAL:

1. Indicar aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação o estabelecimento de critérios mais rigorosos para a normatização e fiscalização da oferta de EJA.

C. REFERÊNCIAS LEGAIS

- BRASIL. *Conferência Regional Preparatória*. Brasília, janeiro 97. V Conferência Internacional sobre Educação de adultos. Hamburgo, julho 97. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. *Conselho Nacional de Educação*. Parecer CEB nº. 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.
- BRASIL. *Constituição Brasileira*. 5 de outubro 1988.
- BRASIL. *Diretrizes de Educação para a Liberdade*
- BRASIL. *Diretrizes do Campo*
- BRASIL. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 abr. 2002. Brasília: MEC: Secretaria de Inclusão Educacional, [2002].
- BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei nº. 10.741 de 01/10/2003.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96*. Brasília, 20 dez.1996.
- BRASIL. *Lei nº. 10.172/01*. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.
- BRASIL. *Lei nº. 10.436 de 24/04/2002* (LIBRAS)
- BRASIL. *Lei no. 10.639/2003. , modificada pela Lei nº11.645/2008.*
- BRASIL. *Lei no. 7.853 de 24/10/1989*
- BRASIL. *Parecer CNE/CP no. 3/2004*
- BRASIL. *Parecer CNE/CP no. 3/2004.*
- BRASIL. *Resolução CNE/CP no. 1/2004*

BRASIL. *Resolução CNE/CP no. 1/2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. *Tribunal de Contas da União*. Avaliação do TCU sobre a Alfabetização Solidária de Jovens e Adultos. Sumário Executivo. Ministro-Relator Guilherme Palmeira. Brasília: TCU, 2003.

Cuiabá - MT, 25 de abril de 2008